



GEOGRAFIA E ARQUEOLOGIA: UMA VISÃO DO CONCEITO DE RUGOSIDADES DE MILTON SANTOS

Geography and Archaeology: an overview of the concept of roughness as defined Milton Santos.

Anderson Sabino¹
Robson Simões²

RESUMO

Neste trabalho trazemos reflexões que partem dos conceitos de *espaço* e *rugosidade* elaborados pelo renomado geógrafo brasileiro Milton Santos³ (1926-2001). Tais reflexões buscam contribuir para alavancar a construção de pontes que conectem de forma produtiva e permitam estabelecer frutífera interdisciplinaridade entre Geografia e Arqueologia.

Palavras-Chave: Geografia; Arqueologia; Milton Santos.

ABSTRACT

In this paper we address the concepts of *space* and *spatial roughness* developed by the renowned Brazilian geographer Milton Santos (1926-2001). Our main purpose is to leverage the building of bridges that connect effectively Geography and Archeology allowing a productive interdisciplinary relationship for both sciences.

Keywords: Geography, Archaeology, Milton Santos

RESUMEN

Este trabajo aporta reflexiones que parten de los conceptos de espacio y rugosidad producidos por el renombrado geógrafo brasileño Milton Santos (1926-2001). Estas reflexiones tienen como objetivo impulsar la construcción de puentes para conectar de manera productiva y establecer fructífera interdisciplinariedad entre la Geografía y la Arqueología.

Palabras clave: Geografía, Arqueología, Milton Santos

¹ Graduando em Geografia – Instituto de Geociências – UNICAMP anderson.sabino@ige.unicamp.br

² Graduando em Geografia – Instituto de Geociências – UNICAMP robson.simoes@ige.unicamp.br

³ Milton Santos foi professor da Universidade de Paris, Sorbonne, Universidade de Toronto, Canadá, Columbia University, Nova York e USP. Foi Diretor da École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. Escreveu mais de 40 livros e publicou cerca de 300 artigos. Em 1994, conquistou o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud, equivalente ao Nobel de Geografia. Recebeu título de Doutor Honoris Causa de várias universidades do Brasil e do mundo.



Introdução

Entre os muitos focos comuns de pesquisa que aproximam Geografia e Arqueologia estão os objetos do espaço, que podem ser considerados patrimônio, e participam da busca por conhecimentos socioculturais em perspectiva histórica⁴. Se a Arqueologia tem como objeto de pesquisa imediato a cultura material de sociedades humanas (FUNARI, 2006), presume-se que cada evidência concreta tenha uma localização e um contexto espacial *in situ*.

Desse modo, sendo o espaço, em sua forma e conteúdo, objeto de estudo da Geografia, não é de se surpreender que Arqueologia e Geografia possuam amplas áreas compartilhadas de pesquisa e contribuição científica, sendo atualmente um dos campos mais dinâmicos de exploração e exemplo possível de interdisciplinaridade exitosa.

O objetivo desse trabalho é discutir o conceito de *rugosidade* utilizado pela Geografia miltoniana e, a partir da sua conceituação, refletir sobre interfaces comuns entre Geografia e Arqueologia que possam gerar contribuições frutíferas e efetivas para ambas as ciências.

Com estrutura segmentada em três pilares, o presente texto aborda inicialmente conceitos essenciais do pensamento geográfico que embasam a ideia de rugosidade formulada por Milton Santos; em seguida, aprofunda e discute este conceito; por fim, reflete sobre os enfoques da Geografia e Arqueologia relacionados ao conceito de patrimônio.

Milton Santos

Como ciência em constante desenvolvimento, a Geografia vem buscando avançar na lapidação de seus objetos e objetivos. No curso deste caminho, muitos foram os que contribuíram para seu avanço, entre eles, destaca-se o geógrafo brasileiro Milton Santos, conceituado pensador de questões fundamentais desta disciplina, como a determinação precisa do objeto de estudo da Geografia, sua epistemologia e também a definição de espaço geográfico.

Para este autor, a Geografia deve ocupar-se da análise dos sistemas de objetos e sistemas de ações, que são inseparavelmente aliados ao tempo e compõem o espaço geográfico que é o objeto de estudo da ciência geográfica. Sua principal ferramenta metodológica é o estudo da técnica (SANTOS, 2012).

⁴ Milton Santos busca uma “epistemologia geográfica de cunho historicista e genético” (2012: 49).

A técnica, diversa em suas particularidades, mas uma enquanto fenômeno, registra no espaço seus diferentes momentos embutida no trabalho humano realizado, permitindo a reconstituição de seu processo formador.

Nesse sentido, a noção de rugosidade tem papel importante, pois auxilia na identificação das técnicas e conjunturas sociais de tempos precedentes, figurando assim como uma ponte de diálogo entre a Geografia e a Arqueologia. Na definição de Santos:

Chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. (SANTOS, 2012: 140).

Sendo posicionado analiticamente por Milton Santos como interno ao espaço geográfico, o conceito de rugosidade reflete a coexistência, no tempo presente, de elementos de diferentes idades. As rugosidades são as feições moldadas num tempo anterior e que mantém-se impondo às ações atuais suas possibilidades enquanto construções espaciais.

O espaço geográfico

O espaço é o conceito fundamental para a Geografia. Com o objetivo de facilitar e alinhar o entendimento sobre esse conceito, exploraremos a seguir os elementos que o compõem e como suas relações são concatenadas.

As análises geográficas focam, antes de tudo, as relações entre as ações e objetos realizadas pelo homem social no e através do espaço. Logo, são essencialmente distintas da visão da economia, que o entende como receptor de fluxos, ou da matemática, que o enxerga sob o ponto de vista da geometria, relacionado com distâncias, polígonos, limites e extensões.

Por conta das demandas de uma realidade complexa e dinâmica, as construções epistemológicas da Geografia têm sido aprimoradas objetivando construir um abrangente conceito de espaço que compreenda a diversidade e movimentos constantes do período atual.

Em vista disso, torna-se necessário elaborar um conjunto de ideias, categorias e conteúdo a partir do espaço, tarefa complexa levada a cabo por Milton Santos. O geógrafo brasileiro (2009: 10) aponta que “a própria metodologia deve ser renovada constantemente, senão a realidade lhe escapa (...) [e ressalta que] analisar um fenômeno novo com uma metodologia ultrapassada equivale a deformar a realidade, e isso não conduz a parte alguma”.



Sincronizado com a atualidade, o espaço geográfico é dinamicamente modificado pela sociedade de acordo com seus interesses, desse modo, a sociedade é um reflexo do seu espaço, assim como o espaço é um reflexo da sua sociedade (MOREIRA, 2011).

Para Santos (2012: 63), o espaço é “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Portanto, é sob uma visão sistêmica e de *totalidade* que o espaço deve ser analisado, sua importância é detalhada por Milton Santos (2012: 115) ao afirmar que esta é uma noção “das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo um elemento fundamental para o conhecimento e análise da realidade. Segundo essa ideia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade”.

O entendimento do todo suporta as análises geográficas, as coisas são partes do todo, mas “a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes” (SANTOS, 2012:115).

De maneira dinâmica e constante a totalidade se redefine, esse movimento é denominado totalização. A totalidade é resultado do processo de totalização. Ela está submetida a esse incessante processo que a faz continuamente inacabada (SARTRE, 1972). Assim, permanentemente incompleta, abriga incontáveis totalidades parciais, retratando, portanto, um resultado instantâneo e pontual, sempre inconcluso das ações de totalização.

A análise local deve, com isso, reportar-se constantemente ao todo e do todo verificar o que de implícito lhe influencia. A compreensão se dará nesta investigação multiescalar, consideração fundamental para o uso do conceito de rugosidades que aqui se pretende.

Sistemas: objetos, ações e história

Pensando sob uma perspectiva relacional, os conceitos associados ao espaço, quando considerados dentro de um contexto e em conjunto, formam uma base teórica e metodológica a partir da qual é possível discutir os fenômenos espaciais em uma totalidade e seus fundamentos.

Desse modo, conectados à ideia de totalidade estão os objetos e ações, seus sistemas são novas totalidades que compõem a totalidade em contínuo movimento, o que foi designado por Milton Santos como espaço (SANTOS, 2012).

Sendo assim, os objetos, que em conjunto com as ações formam o espaço geográfico, são “tudo o que existe na superfície da terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida” (SANTOS, 2012: 72). As cidades, barragens, edifícios, instrumentos, veículos, entre outros, são exemplos de objetos.

Complementarmente, os objetos devem existir como sistemas e não como massas estocadas, eles são úteis ao homem, podendo ser simbólicos ou funcionais e só têm sentido se associados às ações e vice versa. Ademais, objetos sempre carregam discursos e simbolismos.

A ação é um fato humano, necessita de projeto, intenção, pois depende do objetivo e da finalidade com a qual é praticada, e nisso o homem é único. “As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas, as instituições” (SANTOS, 2012: 82).

Além disso, ações podem conter também a racionalidade alheia, sustentada por técnica e ciência e depositada em objetos técnicos que possuem as finalidades em si, os executores são, dessa maneira, alienados do processo decisório, podendo dar-se de homem para homem e de lugar para lugar.

As necessidades naturais ou criadas são origem das ações, as quais levam às funções. “Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos” (SANTOS, 2012: 83).

Continuamente, os “sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes” (SANTOS, 2012: 63). Ou seja, quando não está criando objetos, o homem age sobre a história cristalizada, herdada do passado.

Abordando de maneira sintética, a forma é a aparência do objeto, que pode se organizar, formando um arranjo, um padrão espacial. A função representa uma tarefa, atividade ou papel a ser realizado pelo objeto. A estrutura é o modo como os objetos estão inter-relacionados entre si, não é, portanto, visível, é implícita à forma, sendo um tipo de fonte que gera as formas. O processo se constitui em uma estrutura em transformação, sendo ação que ocorre continuamente visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança.



Assim, os objetos se constituem nas formas do espaço, são as formas espaciais. Por outro lado, as ações, são o conteúdo que a sociedade produz. Vinculadas por uma relação direta, quando modifica o espaço, a sociedade por consequência também se modifica.

Sob o efeito das forças da modernização, quase sempre associadas aos interesses do capital global, as formas de um período específico do passado, que possuíam uma finalidade específica, podem ter sua função inicial modificada pelo tempo. São essas formas que Milton denomina de *rugosidades*.

Sendo marcas impressas no espaço, deixadas por ações ocorridas em tempos pretéritos, as *rugosidades* produzem conflito entre o novo e o antigo, estabelecendo uma relação de oposição e fricção, alvo de estudos da história, Arqueologia e Geografia.

Espaço e paisagem: estruturando ligações

A Arqueologia utiliza amplamente o conceito de paisagem em suas análises, (PELLINI, 2007), a Geografia também o emprega e o diferencia do conceito de espaço.

Milton Santos elabora essa distinção entendendo que o espaço é sempre atual e social, pois contém as funções exercidas pelos seres vivos e as materialidades. A paisagem seria uma parte do que foi efetivamente construído em diferentes momentos da história e que deixa aparentar a morfologia e as diferentes idades dos objetos no momento da observação.

O autor pontua que a paisagem não interage com a sociedade, mas sim o espaço o faz, já que “a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 1982: 10). Como resultado, a paisagem⁵ representa para Milton, “o espaço humano em perspectiva” (2012: 106).

A paisagem, cada vez mais artificializada, é também obra social, mas não permite, por si só, a apreensão do conteúdo social passado ou atual. Para isso seria necessário um estudo das técnicas, das ações e funções, analisáveis a partir do espaço.

Em seu esforço de distinguir espaço e paisagem, Santos destaca o caráter da paisagem de não ultrapassar o limite do visível, “a rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão” (SANTOS, 2012: 103). Portanto, o território seria uma categoria do espaço, um dado, que com suas formas artificiais ou naturais compõe as áreas (SANTOS, 2012).

⁵ Milton (2012) dá exemplo de uma cidade caso fosse bombardeada por uma bomba de nêutrons aniquiladora, antes seria espaço, após a explosão seria apenas paisagem.



Contudo, o autor ressalta que é possível identificar funcionamento na paisagem. Como são as formas que efetivam, possibilitam e condicionam as ações no espaço, a paisagem guarda esses movimentos, sempre do passado, de forma cristalizada, sendo “testemunha da sucessão dos meios de trabalho, um resultado histórico acumulado” (SANTOS, 2012: 107). É nesse ponto que as rugosidades devem servir de ferramenta.

Santos (2012) afirma que o estudo geográfico não pode desconsiderar a paisagem, pois ela é a demonstração do processo de totalização realizado num determinado instante.

Além dela, interessa ao geógrafo o movimento atual, as funções exercidas no presente espaço, já para o arqueólogo, o vital será enxergar e aprofundar os processos e configurações sociais do passado a partir dos objetos desse mesmo passado que atravessaram os tempos (SANTOS, 2012). O apoio teórico sobre as rugosidades do espaço geográfico podem auxiliar nesta empreitada.

Rugosidades do espaço

Milton Santos reciclou o conceito de rugosidade a partir das ideias do geomorfólogo francês Jean Tricart⁶ (1920-2003) que foi seu orientador no período que estudou na França.

O autor aponta que muitos geógrafos já usavam a noção de rugosidade do espaço - “expressão criada por Tricart para a geomorfologia” (SANTOS, 2009: 72), para reforçar a ideia de resistência da concretude preexistente às forças de superposição.

As rugosidades seriam produtos de legados históricos exibidas em suas formas, entendê-las é essencial "porque elas são o envoltório inerte dos instantes que marcam a evolução da sociedade global, mas, igualmente, a condição para que história se faça" (SANTOS, 1982: 42).

Desta maneira, são enxergáveis depoimentos físicos que a história nos presta, pois as “formas antigas permanecem como a herança das divisões do trabalho no passado e as formas novas surgem como exigência funcional da divisão do trabalho atual ou recente. (SANTOS, 1982: 42).

As rugosidades do espaço carregam a inscrição dessas realizações passadas, trazendo a possibilidade de conhecimento, não sozinha, dos responsáveis pelos processos e possuidores do poder construtivo, a disponibilidade histórica de mais-valia e seus detentores, enfim,

⁶ Jean Tricart, geógrafo francês, doutor pela Universidade de Paris I, tem reconhecida importância para o desenvolvimento da Geografia. Foi especialmente pelos trabalhos em Geomorfologia e EcoGeografia que Tricart ganhou expressão mundial. O geomorfólogo era muito admirado e considerado por Milton Santos, juntos realizaram diversos trabalhos na área de Geografia aplicada.



uma gama de informações a respeito de conjunturas anteriores, inclusive porque “não podem ser apenas encaradas como heranças físico-territoriais, mas também como heranças socioterritoriais ou sociogeográficas” (SANTOS, 2012: 43). Ademais, no presente:

O meio ambiente construído constitui um patrimônio que não se pode deixar de levar em conta, já que tem um papel na localização dos eventos atuais. Deste modo, o meio ambiente construído se contrapõe aos dados puramente sociais da divisão do trabalho. Esses conjuntos de formas ali estão à espera, prontos para eventualmente exercer funções, ainda que limitadas por sua própria estrutura. (SANTOS, 2012: 141)

Para o autor, o meio ambiente é o meio de vida do homem, é a natureza unificada pela história e mediada pela técnica, sendo o meio transformado, diferente do conceito muitas vezes empregado pelos ambientalistas (SANTOS, 1995). Segundo Milton, o meio ambiente construído constitui-se patrimônio da humanidade, um pertence constantemente remodelado e transformado, abrangendo os objetos que constituem o espaço e condicionando as ações que sobre ele serão exercidas.

Portanto, as rugosidades, como formas, fazem parte do meio ambiente construído, fração do sistema de objetos do espaço que atestam as marcas particulares da cultura, trabalho, sociedade, economia e tecnologia do momento histórico em que foram criadas, daí ser possível categorizá-las não somente pelos aspectos físicos que apresentam, mas, sobretudo, pelas relações que as interconectam ao seu passado histórico.

A condição para a existência aponta para o concreto, “é a materialidade – objetos e corpos – que acaba por ser, em cada lugar, a única garantia” (SANTOS, 2012: 226). É principalmente ao nível do lugar que o homem cria identificação com os objetos. Esta territorialidade é fundamental para formação de sua consciência. As rugosidades do espaço incorporam esta questão, dependem da valorização para terem sua existência respeitada pelas intervenções futuras.

Tempos acelerados

Há um quadro de [Paul] Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso. (Walter Benjamin, 1994: 226)

Como messianicamente expõem W. Benjamin⁷, as ações de modernização confrontam incisivamente as formas espaciais de tempos pretéritos, as rugosidades. Estas limitam geograficamente as ações impostas pelos avanços e inovações que são decorrentes da aceleração crescente da história e da mundialização, configurando-se assim como mais uma componente do campo de forças que é o espaço geográfico.

Santos associa o estudo das rugosidades ao estudo da paisagem, que sob efeito das dinâmicas modernizantes passa a conter as múltiplas e novas camadas que são produzidas pelas forças inovadoras. Essas camadas são gradativamente mais comprimidas e geradas em número cada vez maior, porém ainda que esse processo seja agudo, ao contrário da visão de Benjamin, as rugosidades não são eliminadas.

Como remanescentes, as rugosidades são justamente essas formas que sobrevivem à sucessão do tempo e, como já visto, nos contam sobre as divisões do trabalho e sua respectiva carga técnica:

Em cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença dos restos de divisões do trabalho anteriores. Isso, aliás, distingue cada lugar dos demais, esta combinação específica de temporalidades, diversas. (...) O tempo da divisão do trabalho vista genericamente seria o tempo do que vulgarmente chamamos de 'modo de produção'. (...) As manifestações temporais e espaciais dessas divisões do trabalho sucessivas são tanto mais eficazes e visíveis quanto mais o tempo se divide (SANTOS, 2012: 136)

Enxergando esse cenário, Milton faz analogia com a Arqueologia, apontando que “o estudo da paisagem pode ser assimilado a uma escavação arqueológica” (1997: 55).

Sob essa ótica, explica a dinâmica entre os estratos da paisagem como intercorrências temporais: “Em qualquer ponto do tempo, a paisagem consiste em camadas de formas provenientes de seus tempos pregressos, embora estes podem ter sofrido mudanças drásticas (...) Assim, se a forma é propriamente um resultado, ela é também fator social” (SANTOS, 1997: 55).

Em vista disso, a análise das camadas que compõem o palimpsesto da paisagem pesquisada demonstra-se vital para o entendimento das reorganizações do espaço e das forças que nele atuaram e atuam. Em constante metamorfose, o espaço se reestrutura e se adapta às novas finalidades que as formas pretéritas adquirem, além de modificar as dinâmicas, as ideologias e fluxos de produtos, produzindo, dessa maneira, novas espacialidades, novas formas.

⁷ O filósofo alemão e crítico literário Walter Benjamin (1892-1940), comprou em 1921 o quadro *Angelus Novus* do próprio Paul Klee (1879-1940), pintor e artista gráfico suíço. (BENJAMIN, 1994)



Em sua teorização, Milton Santos preocupou-se igualmente em resolver o problema da dualidade espaço-tempo. Esses conceitos já haviam se tornado inseparáveis pela física, mas a Geografia não dispunha de método capaz de evidenciar essa realidade.

Milton, então, lança mão das técnicas como o fator suficiente para unir o espaço e o tempo efetivamente, “de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham” (SANTOS, 2012: 54).

Esta materialidade toma forma pelas técnicas contidas no processo de trabalho realizado pelo homem e apresenta-se em tempos posteriores, após mudanças de seu conteúdo e funções, como rugosidades do espaço.

Partindo do princípio de que “o trabalho realizado em cada época supõe um conjunto historicamente determinado de técnicas” (SANTOS, 2012: 56), é possível então identificar no decorrer da história suas materializações e variações com auxílio das rugosidades, redescobrimo as técnicas de construção, produção, sociabilidade e outras.

Portanto, rugosidades são registros de ações de um passado multifacetado, realizado no espaço e que só fazem sentido, quando analisadas dentro do contexto espaço-social em sua totalidade, constituem-se condições das possibilidades reais no presente.

Pontes de diálogo entre geografia e arqueologia

“O conhecimento, ao se fragmentar analiticamente para penetrar nos entes, separa o que organicamente está articulado” (LEFF, 2004).

As pontes que ligam a Geografia com a Arqueologia são inexoráveis. Ambas necessitam de análises interdisciplinares, ambas analisam o patrimônio cultural (SILBERMAN, 2007), este, por possuir uma dimensão espacial que é parte essencial de sua identidade, é um dos focos de estudo da Geografia Cultural, sendo analisada por especialistas como James Duncan, Denis Cosgrove e Stephen Daniels, além de pensadores atuais como David Harvey.

O patrimônio cultural, sendo material, imaterial ou natural, está vinculado, sobretudo, à diversidade cultural, “o que faz com que o conceito de Patrimônio Mundial seja excepcional é sua aplicação universal. Os sítios do Patrimônio Mundial pertencem a todos os povos do mundo, independentemente do território em que estejam localizados” (UNESCO, 2013).

Aline Vieira de Carvalho e Paulo Funari reafirmam a importância do patrimônio: “no contexto da acessibilidade, os patrimônios materiais e mesmo os imateriais adquirem extrema força simbólica. Escolhidos por determinados grupos sociais, esses patrimônios tornam-se representações de tempos, espaços e acontecimentos específicos” (2010: 11).

A Geografia, em especial uma de suas ramificações, a Geografia Cultural, aborda o patrimônio sob a perspectiva do espaço, pois toda análise sobre o patrimônio cultural necessita de uma análise espacial.

Nesse sentido, a ideia de rugosidade se associa analogamente com o conceito de patrimônio que é intrínseco à noção de espaço. A Arqueologia enfoca e valoriza as formas espaciais que se apresentam, para delas obter os conteúdos que cercaram sua construção.

Com esse desejo, a noção de rugosidade, relacionada com heranças visíveis que informam sobre situações sociais, condições técnicas do passado e “tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (SANTOS, 2012: 140) pode contribuir em grande medida nas análises relacionadas ao patrimônio.

Os estudos associados ao levantamento de patrimônios materiais e imateriais levam em conta seus territórios, pois é no espaço que se concretiza a noção de tombamento.

Adicionalmente, quando analisado pela Geografia, esse processo histórico e político de seleção de bens e paisagens é pensado sob a ótica de produção do espaço, e as formas de apropriação e de valorização do território.

Outras pontes conectam Geografia e Arqueologia no que se refere aos estudos do patrimônio. Além dos estudos geomorfológicos e de relevo, nas últimas décadas tem crescido o suporte da Geografia em pesquisas que demandam análises baseadas em sistemas de informação geográfica (SIG), que são apoiados por imagens de satélites de sítios arqueológicos e também técnicas de georreferenciamento, documentação cartográfica e geotecnologias para suportar o planejamento de sítios históricos, territórios e cidades com patrimônio cultural destacado.

Considerações finais

Geografia e Arqueologia somente podem ser entendidas dentro de um contexto histórico e social. Contudo, é importante destacar que “os geógrafos trabalham também com os objetos do presente” (SANTOS, 2012: 73), preocupando-se com as possibilidades atuais de mudanças físicas e funcionais, sem perder de vista a indissociabilidade entre objetos e ações.



Para Funari, a Arqueologia “estuda os sistemas socioculturais, sua estrutura, funcionamento e transformações com o decorrer do tempo a partir da totalidade material transformada e consumida pela sociedade” (2006: 16). Tendo como objetivo “a compreensão das sociedades humanas e, como objeto de pesquisa imediato, objetos concretos” (2006: 16).

Segundo Rivers, Knappett e Evans (2011: 6), Arqueologia visa compreender “relações espaciais. [E] A própria atividade de examinar as correlações espaciais da estrutura social inicial tem um positivo efeito de levantar problemas importantes em termos gerais e simples”.

Assim, a Arqueologia tem como foco a compreensão do passado, a preservação da memória material e imaterial e a formação da consciência a respeito das relações sociais anteriores. Com isso, entendemos que as rugosidades, não esgotam em si os fatores passíveis de interpretação, mas vem contribuir para a formação do arcabouço teórico da Arqueologia.

Ambas as disciplinas buscam o conhecimento da gênese das formas e dos estratos que compõem os espaços. As camadas são os processos históricos que nele atuaram e o modificaram. Ao longo dos últimos dois séculos essas camadas tem se formado mais rapidamente.

Esse processo de formação foi acelerado pelas novas tecnologias, pelo desenvolvimento econômico e o crescimento da população, produzindo distorções e contrastes, pois não se considerou e tampouco se tratou de forma responsável, as camadas antigas, tendo sido estas singularmente esquecidas – e até varridas.

Analogamente, os espaços do período atual, principalmente os urbanos, lidam com dilemas semelhantes aos dos palimpsestos, cujos textos foram eliminados para permitir a reutilização da matriz.

Segundo David Harvey (2003: 69), geógrafo inglês e renomado pesquisador do período atual, o “pós-modernismo cultiva (...) um conceito do tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, um ‘palimpsesto’ de formas passadas superpostas umas às outras e uma ‘colagem’ de usos correntes, muitos dos quais podem ser efêmeros”.

As camadas antigas e suas rugosidades, sendo marcas impressas no espaço deixadas por formações ocorridas em tempos anteriores, geram atrito conflituoso entre o novo e o antigo (SANTOS, 2012).

Perceptíveis, as necessidades dos espaços antigos e dos espaços da atualidade são distintas, essa diferença promove tensão, embates e mudanças. As mudanças, em geral, tendem a modificar as camadas anteriores. Essas mudanças podem ser observadas tanto nos processos sociais como também nos objetos materiais.

Contudo, espera-se que nos espaços históricos transformados existam traços que remetam ao passado, ainda que as dinâmicas dos espaços contemporâneos sejam diferentes das que consolidaram as estruturas espaciais no passado.

Para isso, é necessário manter os traços antigos e não descartá-los, em um cenário em que as pressões exercidas sobre as estruturas espaciais são originadas pela tensão entre a mutação dos processos sociais, a lógica de acumulação do capital e seus reflexos no espaço geográfico.

Essa tensão levanta uma questão vital: como planejar a construção da próxima camada do palimpsesto de forma a satisfazer os anseios e as necessidades do futuro, sem agredir, em medida razoável, as camadas anteriores?

Um evidente tratamento de descarte tem sido dado para grande parte das rugosidades espaciais, especialmente as urbanas, aos espaços abandonados como fábricas antigas, velhos galpões e sítios históricos entre outros. Além de inadequado e ineficiente, esse processo apenas perpetua e faz elevar possíveis rupturas e tensões sociais, ademais, anuncia a perda da memória social histórica.

Ainda que possamos constatar atualmente um aumento da visibilidade dos bens culturais e naturais do mundo, ou seja, a valorização contemporânea do patrimônio, as ações de refuncionalização desses espaços históricos e o denominado turismo cultural, quase sempre distorcido e desenfreado, somente explicitam a dialética entre cultura e mercadoria. Sobre esse fenômeno de mercantilização do patrimônio histórico, o arqueólogo Neil Silberman⁸ aponta "o passado tem sido apresentado como um parque temático" (2004: 11).

Há no quadro atual uma evidente polarização de propósitos e intenções. Por um lado, a opinião pública deseja preservação, intensificação e a reconstrução. Já as modernizações do capital, atuam no sentido de negar o passado, reconstruir totalmente diferente a vida e os espaços ou inseri-los na lógica de mercado através de ações exógenas à preservação genuína do patrimônio. Como destacado por Luchiari, "na arena econômica [atual], a tradicional subjetividade da cultura foi incorporada a uma racionalidade que busca legitimar identidades hegemônicas" (LUCIARI, 2005: 95).

Essas ações geram, não poucas vezes, danos aos grupos sociais e à busca por igualdade. A compreensão histórica deve ser completa para resistir e não se tornar apenas um

⁸ Neil Silberman é referência mundial em estudos sobre patrimônio e memória. Professor da Universidade de Massachusetts (Amherst). Em 2012, por convite do LAP - Laboratório de Arqueologia Pública / IFCH - UNICAMP, ministrou cursos e palestras no Brasil.



dado sem significado, como afirma o geógrafo e historiador David Lowenthal, "Quanto mais realista parece a reconstrução do passado mais ela é parte do presente" (1994: 302).

Neste sentido, o aprofundamento das discussões acerca do patrimônio cultural torna-se essencial diante da necessidade de interpretação das transformações sócio-espaciais provenientes da ligação entre patrimônio, políticas públicas e mercado.

Geralmente associadas ao planejamento de estratégias e gestão territorial do patrimônio em múltiplas escalas, as análises geográficas ligadas ao patrimônio possibilitam também a compreensão dos aspectos funcionais, formais e normativos desses bens.

Sendo, sobretudo, abrangentes instrumentos de análise para o entendimento da importância dos novos significados políticos, econômicos, sociais e culturais imputados ao patrimônio cultural, não somente em nível macro, mas principalmente no nível das sociedades locais.

Entende-se, enfim, que além do olhar para o patrimônio cultural, que une Geografia e Arqueologia, outras pontes de diálogo estão sendo construídas, possibilitando que essas ciências tenham uma fecunda interdisciplinaridade, pois ambas tem um papel vital na construção do futuro.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. [1994]. *Obras Escolhidas*, Tradução: Sérgio Paulo Rouanet, 7. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.

CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo. "Memória e Patrimônio: diversidade e identidades". *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 2, n. 2, 7-16, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia*. 2. ed. São Paulo, Editora Contexto, 2006.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma perspectiva sobre as origens da mudança cultural*. 11. ed. São Paulo, Loyola, 2003.

LEFF, E. *Aventuras da epistemologia ambiental - da articulação das ciências ao diálogo de saberes*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

LOWENTHAL, David. Conclusion: "Archaeologists and Others". In: *The Politics of the Past*, edited by P. Gathercode and D. Lowenthal, London, Routledge, 1994.

LUCIARI, Maria Tereza Duarte Paes. "A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades". *GEOUSP - Revista Espaço e Tempo*, São Paulo, n.17, p.95-105, 2005.

MOREIRA, Ruy. *Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil. Constituição e problemas de relação*. São Paulo, Editora Contexto, 2011.



PELLINI, J.R. “Uma Fisiologia da Paisagem: Locomoção, GIS e Sites Catchment. Uma Nova Perspectiva”. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 17: 23-37, 2007.

RIVERS, R.; KNAPPETT, C.; EVANS, T. “Network Models and Archaeological Spaces” *in: Computational Approaches to Archaeological Spaces*, A.Bevan & Lake, M. (Eds.), Left Coast Press, 2011.

SANTOS, Milton. [1971]. *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. Tradução de: Sandra Lencioni. 5. Ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. [1985]. *Espaço e Método*. 5ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

_____. [1977]. *Espaço e Sociedade*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

_____. [1995]. “A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar”. *Anales de Geografía de La Universidad Complutense*, n.” 15, 695-705. Servicio de Publicaciones. Universidad Complutense. Madrid, 1995.

_____. [1996]. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 4. Ed 7ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SARTRE, Jean-Paul. *Questão de método*. 3. ed. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1972.

SILBERMAN, Neil. *Beyond theme park and digitized data: What can Cultural Heritage technologies contribute to the public understanding of the past*, *in: CAIN et al.* 2004, 9-12.

_____. “Sustainable Heritage? Public Archaeological Interpretation and the Marketed Past” *in: Archaeology and Capitalism: From Ethics to Politics*. Ed. Yannis Hamilakis and Philip Duke. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2007. 179-193.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Disponível em: <www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>. Acesso em março de 2013.